

# O escravo no Brasil enquanto figura inerte: uma análise sobre a postura dos cativos e os mecanismos de dominação

The slaves in Brazil as inert figure: an analysis of the posture of the captives and the mechanisms of domination

**Luiz Felipe Florentino**

Bolsista do programa de Iniciação Científica do CNPq  
Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História  
Universidade Federal de Santa Catarina  
[l.f.florentino@outlook.com](mailto:l.f.florentino@outlook.com)

**Recebido em:** 18/09/2015

**Aprovado em:** 21/02/2016

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa é analisar a postura dos escravos numa perspectiva geral, quanto ao papel que desempenhavam na relação senhor-escravo no Brasil. Dessa forma, entrando em confronto com a idealização de inércia por parte dos cativos tão difundida e utilizada nas abordagens deste tema que os apresentavam como sendo simples espectadores estando à margem do processo de escravidão, num estado de ausência total de suas particularidades, sendo assim nos propomos realizar uma revisão bibliográfica. Para isso analisaremos através de bibliografia pertinente os efeitos dos mecanismos de dominação senhorial sobre os escravos e as diferentes formas que estes utilizaram na resistência, levando em conta as particularidades dos escravos enquanto seres humanos e assim dotados de consciência e capacidade de articulação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil, Escravo, Mecanismos de Dominação.

**ABSTRACT:** The objective of this research is to analyze the position of slaves in a general perspective, and their role they played in the master-slave relationships in Brazil. Thus clashing with the widespread idealization of the lack of action by the captives and the approaches used in this theme, which presents them as mere spectators standing outside the slavery process, in a state of total absence of their own willpower, therefore we propose to conduct a literature review. To get to this point, this work will analyze through relevant literature the effects of the domination mechanisms over slaves and the different forms of resistance, taking into consideration the particularities of the slaves as human beings, endowed with consciousness and articulation capacity.

**KEYWORDS:** Brazil, Slaves, Domination Mechanisms.

## **Introdução**

A figura do escravo no Brasil colonial por muito tempo esteve envolta numa simplista perspectiva polarizada e amplamente difundida que ajudou a constituir uma imagem padrão de escravidão. Nesta polarização, a escravidão pôde ser apresentada através de imagens idílicas, as quais denotam um mundo de miscigenação no qual sobressaem as relações de proximidade, comunhão e troca entre brancos e negros, ou também de forma que ressalte a violência, arbitrariedade e a coisificação do escravo, no qual o próprio cativo parece se aceitar enquanto uma espécie de simples ferramenta e há predominância de um antagonismo na relação entre senhores e escravos. Estes são os extremos no qual a escravidão brasileira por muito tempo foi abordada.

Assim sendo a abordagem da diversidade e complexidade dos mecanismos de dominação senhorial é essencial para podermos entender as variações na postura dos escravos, pois sem resistência não haveria a necessidade dos meios de dominação e tampouco a contestação dos valores sociais estabelecidos na época, arraigados fortemente na legislação vigente. Dessa forma a análise dos mecanismos de dominação pode significar uma terceira via de interpretação do caráter escravocrata brasileiro sem contestar, porém a violência a qual a grande maioria dos escravos foi submetida, tampouco descarta o contexto de trocas estabelecidas entre senhores e escravos, mas ressalta a capacidade de interação com o meio e a singularidade por parte dos cativos.

Partindo desse pressuposto de atuação e interação, podemos contestar a ideia de inércia na postura dos escravos, contudo é preciso ter em mente a pequena abrangência desta interação que, mesmo limitada, não é descaracterizada. Mas podemos concluir que a resistência escrava abarca muito mais do que o geralmente esperado, que as singularidades dos escravos enquanto seres humanos, ou seja, dotados de vontades, sentimentos e capacidade de manipulação são extremamente determinantes neste contexto. Dessa forma podemos presumir que a resistência não se limita apenas a grandes revoltas armadas, mas pode estar presente nas entrelinhas das estratégias de sobrevivência colocadas em prática durante o próprio dia-a-dia.

## O Escravo Inerte

Pensar a escravidão no Brasil sob qualquer aspecto requer um mergulho nas reflexões do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Suas obras, carregadas de contradições, como a crítica não deixou esquecer, é um marco não apenas para o entendimento desta questão, mas se estende também a grande parte da história do Brasil. Sendo assim, não é de causar estranheza a permanência das suas abordagens na atualidade no que tange a escravidão. Ao equilibrar os antagonismos em suas obras, Freyre constrói imagens distintas sobre a escravidão que variam entre relações amistosas de trocas entre senhores e escravos e relações nas quais prevalecem a força e o poder de mando. Dessa forma, como já era de se esperar, as críticas a Freyre giram em torno de alguns trechos nos quais está presente uma abordagem de cunho idílico, no qual o marasmo está intimamente vinculado à figura do escravo.

Sendo assim é comum que trechos como este sejam enfatizados:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos.<sup>1</sup>

Aqui podemos ver claramente um retrato da relação senhor-escravo, onde prevalecem os elementos de comunhão e troca. O autor continua.

Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a bênção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos da casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca escravas vindas da senzala.<sup>2</sup>

Esta perspectiva harmoniosa das características da escravidão presente em algumas partes da obra de Freyre ainda permanece na percepção atual do tema, no entanto, encontra-se numa extremidade diretamente oposta a interpretação defendida pela escola sociológica paulista, cuja obra que melhor sintetiza este aspecto é *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, do sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso. Nela a escravidão aparece como sendo um regime regido sobretudo pela violência e o antagonismo entre senhores e escravos, interpretação amplamente

<sup>1</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2003, p. 235.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala*, p. 235.

difundida, assim como a de Freyre, mas quando comparadas resultam numa polarização simplista da abordagem de escravidão que parece limitar-se entre opostos: a violência e o marasmo.

A obra de Fernando Henrique Cardoso que é fruto de sua tese de doutorado em sociologia pela USP escrita entre os anos 1955 e 1960, aborda a sociedade escravocrata na região sul do Brasil no século XIX e traz na sua essência uma abordagem que ressalta o antagonismo entre senhores e escravos, destacando frequentemente a violência que, segundo ele, estava presente constantemente.

A hipótese sobre a brutalidade corrente nas relações entre senhores e escravos encontra afirmação em inúmeros testemunhos e registros. Além disso, numa sociedade onde o regime patrimonialista de mando era pervertido por causa das condições históricas peculiares, a coerção necessária à manutenção do regime escravocrata teria de exercer-se dentro de padrões que supunham a violência como trato normal.<sup>3</sup>

O autor, no entanto, vai além. Destaca que desta relação permeada quase que exclusivamente pela violência resultaria a coisificação do escravo, um processo lento no qual o escravo além de considerado uma espécie de objeto pelos demais, assim também comtemplava-se.

A violência e a falta de respeito à pessoa do escravo reveladas pelo comportamento senhorial (que eram requisitos para o funcionamento do sistema de produção escravista) podiam efetivar-se e justificar-se diante dos mores senhoriais graças à reificação prévia do escravo: desde criança o *senhor* regulava suas expectativas considerando o escravo como um ser incapaz de vontade, objeto de toda sorte de caprichos e perversidades.<sup>4</sup>

Dessa forma, segundo o autor, devido à violência e humilhação, o escravo gradualmente torna-se é uma figura inerte, sem vontades próprias e marcado pela ausência de expressões nas relações sociais. E o mais expressivo: o escravo acaba por aceitar-se nessa condição.

A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma *peça* cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma.<sup>5</sup>

Agora, analisemos um trecho de Gilberto Freyre sobre as estâncias do Rio Grande do Sul do mesmo período:

---

<sup>3</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 133.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 143-144.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 125.

Que o diga, por outro lado, a situação do ameríndio e do próprio negro nas estâncias rústicas do Rio Grande do Sul, onde, segundo esclarecido historiador moderno da região, “o negro foi mais companheiro do que servo”. Situação que se acentuou quando o negro, numa área brasileira eminentemente militar como a sul-rio-grandense pastoril, encontrou na atividade bélica, ou no serviço de guerra a pé ou a cavalo, o caminho para sua elevação social.<sup>6</sup>

Podemos claramente ver a distância que há entre as diferentes abordagens sociais. Enquanto Gilberto Freyre em alguns pontos específicos em suas obras orna a escravidão no Brasil colonial e monárquico de uma atmosfera de interação, trocas e convívio razoável entre as diferentes camadas sociais, Fernando Henrique Cardoso discorda categoricamente e sugere justamente o contrário: um meio social governado e caracterizado, sobretudo pela violência cujo resultado seria a *coisificação* do escravo.

Mas ambas as abordagens por mais distantes que estejam acabam por ter um local de intersecção e compartilham de um ponto em comum: a idealização do escravo como uma figura inerte. No entanto, cabe aqui destacar que esta inércia por parte dos cativos na obra de Gilberto Freyre aparece apenas em alguns pontos específicos de suas obras, como já destacado anteriormente, em outros podemos interpretar a interação senhor-escravo como uma iniciativa engendrada também pelos próprios escravos. Contudo, partindo do pressuposto do ambiente de interação entre senhores e escravos, presente em trechos específicos e destacados das obras de Freyre, o cativo pode ser considerado uma figura passiva na relação por na maioria das vezes não esboçar o menor sinal de revolta, ou seja, encontrar-se num estado de repouso marcado pelo conformismo. Esta ideia, porém aprofunda-se na obra de Fernando Henrique Cardoso quando o escravo é apresentado como sendo um ser *coisificado*, resultado de um processo lento que advém do ambiente violento e mórbido no qual o escravo era não mais que uma vítima.

### **Mecanismos de Dominação Senhorial**

Como vimos, a figura do escravo ainda está intimamente ligada à ideia de imobilidade. Basta contemplar imagens construídas em torno deste tema pelos mais diversos meios de comunicação onde o escravo ainda é representado como estando em diferentes polos, limitando-se a retratá-los em meio às famílias da elite colonial como pertencendo a este meio ou sendo cruelmente castigado das mais diversas e atroz formas. Ambas as representações encontram respaldo na documentação referente ao período colonial e imperial brasileiro, contudo, quando

---

<sup>6</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2004, p. 488-489.

colocadas em extremos, passam a falsa sensação de que não poderiam coexistir e simplificam de forma grotesca uma história social repleta de particularidades.

Partindo do pressuposto de uma complexidade do sistema social, repleto de contradições e particularidades, a inércia do escravo pode ser contestada quando avaliamos a violência a qual eram submetidos que, quando convertida em castigo, não se limita a simples materialização do sadismo do senhor, mas como sendo a expressão máxima de um engenhoso mecanismo de dominação. A historiadora Silvia Hunold Lara buscou desvendar o sentido velado na prática dos castigos presente em processos judiciais e em autores do período colonial e para isso utiliza do discurso que se encontra em *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* do jesuíta italiano Jorge Benci de 1705, no qual o autor não concorda com o sofrimento infringido aos escravos, mas defende a prática do castigo aplicado pelos senhores.

Na parte do livro que trata especificamente do castigo, Jorge Benci inicia sua exposição afirmando que “para trazer bem domados e disciplinados os escravos é necessário que o senhor lhes não falte com o castigo, quando eles se desmandam e fazem por onde o merecem”.<sup>7</sup>

Silvia Hunold Lara também aborda as considerações de André João Antonil sobre o castigo dos escravos em 1711.

Alguns anos mais tarde, numa obra dedicada à descrição das riquezas coloniais (o açúcar, o fumo, as minas e o gado) e também dirigida aos senhores, Antonil apontava para os mesmos aspectos assinalados por Benci: “No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três P.P.P., a saber Pau, Pão e Pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo dado por qualquer causa pouco provada ou levantada, e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos. . .”<sup>8</sup>

Diante disso o que a autora ressalta não é apenas a defesa da prática do castigo para com os escravos, mas a ideia de moderação que está vinculada a estes discursos, principalmente ao do jesuíta Benci, que “aconselhava aos senhores dar o castigo a seus escravos [...], quando fosse merecido, averiguando bem o delito do escravo, e **sem excessos** — relevando as faltas menores para reprimir somente as maiores”.<sup>9</sup> Sendo assim a moderação dos castigos era defendida não enquanto um questionamento a escravidão enquanto estrutura, pelo contrário, mas como uma forma de ajudar a mantê-la, pois os excessos seriam prejudiciais a sua gerência e manutenção.

---

<sup>7</sup> LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, 1988, p. 45.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. *Campos da violência*, p. 46.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *Campos da violência*, p.46. (grifos nossos).

Assim, o estado de inércia constante do escravo entra em xeque, pois os mecanismos de dominação existentes não se faziam necessários frente a uma imobilidade total e a moderação torna-se indispensável à manutenção da escravidão, “mesmo porque muitos escravos se rebelavam, fugiam ou suicidavam-se para se ver livres de seus tirânicos senhores”<sup>10</sup>. Em resumo:

Ao protestarem contra o excesso nos castigos, ao mesmo tempo em que testemunhavam sua existência em alto grau na relação senhor-escravo, Antonil e Benci assinalavam que a moderação devia obedecer a critérios racionais (que apareciam no texto sob a forma de humanitarismo cristão), que os tornassem eficientes enquanto mecanismos de dominação e exploração dos escravos.<sup>11</sup>

Vemos que mesmo na sociedade escravocrata havia uma espécie de consenso sobre os limites do castigo físico que era amplamente aceito. No entanto o historiador Jacob Gorender discorda das conclusões de Sílvia Hunold Lara quanto à análise dos processos judiciais nos quais, segundo a autora, os escravos reconhecem a legitimidade da escravidão, mas questionam a aplicação dos castigos no que diz respeito à quantidade:

Os escravos eram analfabetos e aqueles pouquíssimos que conseguiam chegar ao pleito na Justiça só poderiam fazê-lo através de intermediários: advogados ou rúbulas, escrivães e outros funcionários etc. os intermediários (nunca citados pela historiadora) não deixariam de expressar-se no contexto da ideologia dominante do meio judicial. *Em nome do escravo*, não contestariam a legitimidade da escravidão e o direito do senhor de castigar o escravo, desde que o fizesse de maneira moderada, “como se castiga um filho livre”.<sup>12</sup>

Contudo há de se levar em conta a possibilidade de os escravos que procuravam ser representados perante a justiça fizessem isto apenas em casos que considerassem extremos, mas a partir de suas próprias percepções, no qual se reconhecia a ultrapassagem de um limite, de uma legitimidade que não necessariamente seria a reconhecida exclusivamente pela ideologia dominante do meio judicial, temos também que levar em consideração as colocações de Jacob Gorender, contudo independente do reconhecimento da legitimidade dos castigos a política de moderação foi aplicada e cumpriu o seu papel com êxito.

Assim podemos concluir que a moderação era essencial para a continuidade e perpetuação da escravidão, mesmo que isso fosse manifestado de forma a promover alarde por parte dos senhores, pelo simples fato de constatarem que os abusos não eram convenientes, pois “castigos freqüentes e excessivos levariam a fugas ou ao suicídio. Era preciso emendar e ensinar o

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *Campos da violência*, p.49.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Campos da violência*, p.51.

<sup>12</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 24.

escravo sem o perigo da perda do investimento”<sup>13</sup>. Dessa forma, o escravo encontra-se como refém de uma classe social que não a sua e ao mesmo tempo dominante que dispunha de mecanismos de dominação sutis, o que nos leva a entender que a postura dos escravos estava longe de um estado de simples inércia.

### **Obediência e Sobrevivência**

Devido à necessidade de mecanismos de dominação tão perspicazes entende-se que o escravo estava longe de representar todo este conformismo e imobilidade a qual geralmente está associado. Mesmo não se rebelando e contestando abertamente o regime no qual estavam inseridos, os escravos possuíam outras formas de resistir e sobreviver, o que incluía a própria obediência, tema que perpassa a obra *Ser escravo no Brasil* da historiadora Kátia Mattoso.

Jacob Gorender por sua vez, critica a concepção de escravidão presente na obra de Kátia Mattoso. Segundo ele, resume-se na constatação de que,

[...] o escravo não é coisa, mas ser humano levemente limitado por um estatuto social inferior. Tem espaço para se manifestar como agente do ambiente em que convive com os senhores. Não havia razão para muita queixa do destino que lhe coube. Admirável mundo velho.<sup>14</sup>

Para Gorender, a concepção de Kátia Mattoso é idílica e se assemelha muito com a de Gilberto Freyre no que tange as relações senhores-escravos no âmbito da família, contudo, Kátia Mattoso admite que “apesar dessas intimidades, o mundo dos senhores e o dos escravos permanecem cultural e socialmente separados, antagônicos, confrontando-se de maneira irreduzível”.<sup>15</sup>

Mas o mais interessante na obra de Mattoso é sua afirmação de que caso seja levado em conta à questão psicológica, “parece inegável que a própria sobrevivência do homem preto depende absolutamente de sua ‘repersonificação’, de uma certa aceitação de sua posição no corpo social”<sup>16</sup>, temos então a vinculação de sobrevivência com a adaptação do escravo na sociedade, ou seja, a inserção do escravo na sociedade e sua adaptação a ela podem ser considerados atos de sobrevivência.

É aparente inegável que seres humanos possam subsistir sem maior ou menor adaptação entre eles. Este ajustamento dependerá das relações que o escravo irá estabelecer com seu novo ambiente, onde as qualidades individuais do senhor, de seus familiares e de apaniguados terão papel igual ao das qualidades

<sup>13</sup> LARA. *Campos da violência*, p. 51.

<sup>14</sup> GORENDER, *A escravidão reabilitada*, p.21.

<sup>15</sup> MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 103.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*, p. 102.

individuais do próprio escravo e do grupo de escravos entre os quais passa viver.<sup>17</sup>

Esta adaptação pode dar-se em meio a uma série de conflitos pessoais do escravo que geralmente encontra-se dividido entre o mundo branco e o negro.

São tensões continuadas dessa integração difícil que obrigam a própria vida do escravo a adaptar-se às relações do tipo escravista e o levam a todos os esforços, todas as humildades, todas as obediências e fidelidades para com os senhores infalíveis.<sup>18</sup>

Dessa forma, o escravo é levado a adaptar-se e inserir-se na sociedade e para isso utiliza da projeção de elementos da cultura branca em suas práticas, “na verdade, a maioria dos escravos terminam por aprender a rezar, a obedecer, a trabalhar para serem aceitos por seus senhores”<sup>19</sup>, mas, para isso, a obediência é fundamental, pois a aceitação ou rejeição do escravo nesta sociedade colonial rigidamente hierarquizada dependia quase que exclusivamente da postura do escravo.

A inserção social do escravo, sua aceitação pelos homens livres numa sociedade fundamentada no trabalho servil, dependerá estreitamente da resposta que o trabalhador-escravo dá a seus senhores no plano da **fidelidade**, da **obediência**, da **humildade**.<sup>20</sup>

Vemos que a postura do escravo poderia variar. No entanto, para repelir os castigos físicos ou até mesmo alcançar a ascensão social, a prestação de serviços do escravo poderia assumir um caráter apaziguador e submisso que não entrava em choque com as vontades do senhor com o intuito de conquistar seu espaço.

[...] pois o negro, para subir na escala social e conquistar sua parcela de vida privada, precisa utilizar os valores da sociedade branca de adoção. Resguardado na obediência, ele poderá recriar seu mundo destruído, um universo novo com cores da terra brasileira, mas bem seu. Uma vez aceita como tática, a obediência precisa ser moeda sonante no dia-a-dia.<sup>21</sup>

Dessa forma, o escravo poderia conviver na sociedade de maneira minimamente digna, mas é necessário ter em mente a limitação do campo de atuação do escravo, ainda mais num contexto onde sutis mecanismos de dominação permeavam estas relações. Entretanto cabe ressaltar que nesta perspectiva o escravo obediente não ocupa um estatuto de grupo social passivo ou simplesmente violado. De acordo com este ponto de vista, os escravos estão sendo

---

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*, p. 102.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*, p. 102.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*, p. 107.

<sup>20</sup> MATTOSO, *Ser escravo no Brasil*. p. 102. (grifos nossos).

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*, p. 111-112.

representados como seres pensantes, que buscam resistir à exploração e utilizam de diversos meios, inclusive a obediência para alcançar seus objetivos dentro daquilo que lhe é possível.

### **Considerações Finais**

De maneira sucinta vimos que a postura dos escravos, tanto no Brasil Colonial quanto no Monárquico, foram objetos de estudos de variados campos das ciências humanas no Brasil. Podemos perceber, também, que as diferentes abordagens, além de trazerem algo novo para seus contextos, também serviram como um meio de canalizar interpretações ideológicas, pois através do estudo da escravidão também se procurou entender os problemas sociais nas diferentes épocas. Sendo assim não é de causar estranheza a diversidade dos meios e formas de abordagem acerca deste assunto e o antagonismo entre elas.

No entanto faz-se necessário um aprofundamento crítico sob as perspectivas já existentes, assim sendo deve-se evitar a rotulação imediata, tanto a que idealiza o escravo como estando conformado, vivendo no seio de uma família senhorial e envolto no marasmo, quanto a que lhe restringe a uma vitimização constante, ou seja, o alvo de toda violência sem restrições. Dessa forma a escravidão para melhor ser compreendida há de ser afastada dos extremos e suas particularidades devem ser resgatadas, consideradas e aprofundadas para um melhor entendimento da postura dos escravos e a sua atuação no processo de escravidão seja ela qual for.

Apenas considerando as particularidades e os pormenores é que poderemos perceber como grande parcela da população escrava conseguiu adaptar-se e soube resguardar-se na obediência para sobreviver e alcançar seus objetivos e que, apesar de toda exploração e violência a qual eram submetidos, de modo algum deixaram de serem pessoas. O fato de, por ventura, não serem considerados como tal, em momentos extremos não lhes privava da capacidade de escolha, mesmo em um espaço rigidamente delimitado ou de engendrar estratégias, planos e ter uma interação com o meio, ou seja, a capacidade de se afirmar na sociedade de algum modo.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Atualmente a historiografia brasileira conta com excelentes trabalhos que se aprofundam neste tema. Entre os principais autores podemos destacar Sidney Chalhoub, Beatriz Galloti Mamigonian, Manolo Florentino, Henrique Espada Lima Filho, etc.